

DIMENSÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DAS CRISES ESTRUTURAIS DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA¹

Fábio da Silva Lucio
Gabriel Brandão Xavier
Yuri Bader de Souza

Resumo

O estado Plurinacional da Bolívia, ainda em 2019, compreende o desequilíbrio entre as classes políticas e as demandas sociais existentes. Este artigo busca investigar as diretrizes administrativas do Estado Plurinacional da Bolívia através da sintetização histórica das crises estruturais e conjunturais persistentes no país. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica e monitoramento dos meios de comunicação para realizar a discussão proposta, sendo possível concluir que a construção e consolidação do Estado nacional permeia diversos processos de organização social contraditória, em muitas ocasiões apoiados em uma fundação política de condições agrárias de luta pela terra e vínculos de subalternidade socioculturais.

Palavras-chave: Bolívia. Crise Política. Neoliberalismo. Progressismo.

1. INTRODUÇÃO

A Bolívia, objeto de estudo do presente trabalho, figura-se como um dos principais países que resistiram no século XXI as ofensivas neoliberais propostas ainda em meados dos anos 1970 e 1980. Situada estrategicamente na porção Centro-Oeste do continente Sul-Americano, torna-se um importante país no tocante a interligação dos diversos eixos presentes no continente, sejam eles terrestres, fluviais ou aéreos. Detém ainda de uma área total de aproximadamente 1.098.581 km², com população estimada de 11.306.341 habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) com valores em torno de USD 40 bilhões (CIA, 2018; BRASIL, 2019), Mapa 01.

No decorrer de sua história, assim como ocorreu nos demais países do no continente sul-americano, a instabilidade política perdurou e ainda perdura tornando-a como o país com maior mutabilidade nas ordens políticas do continente. Isto pode ser observado, a partir da implementação da chamada “democracia pactada” de cunho neoliberal, iniciada em 1985 tendo término somente em 2005 quando o pleito legitimou o então candidato Evo Morales (2006-2019) a ser o novo presidente com

¹Trabalho realizado na disciplina de Geografia da América Latina – Curso de Bacharelado em Geografia (UFAC).
E-mails: fabiolucio545@gmail.com; E-mail: gabrielbx188@gmail.com; E-mail: yuribader.yb@gmail.com.

53,74% do total de votos, retomando as políticas em prol da sociedade e não mais aos direitos expressos do capital externo.

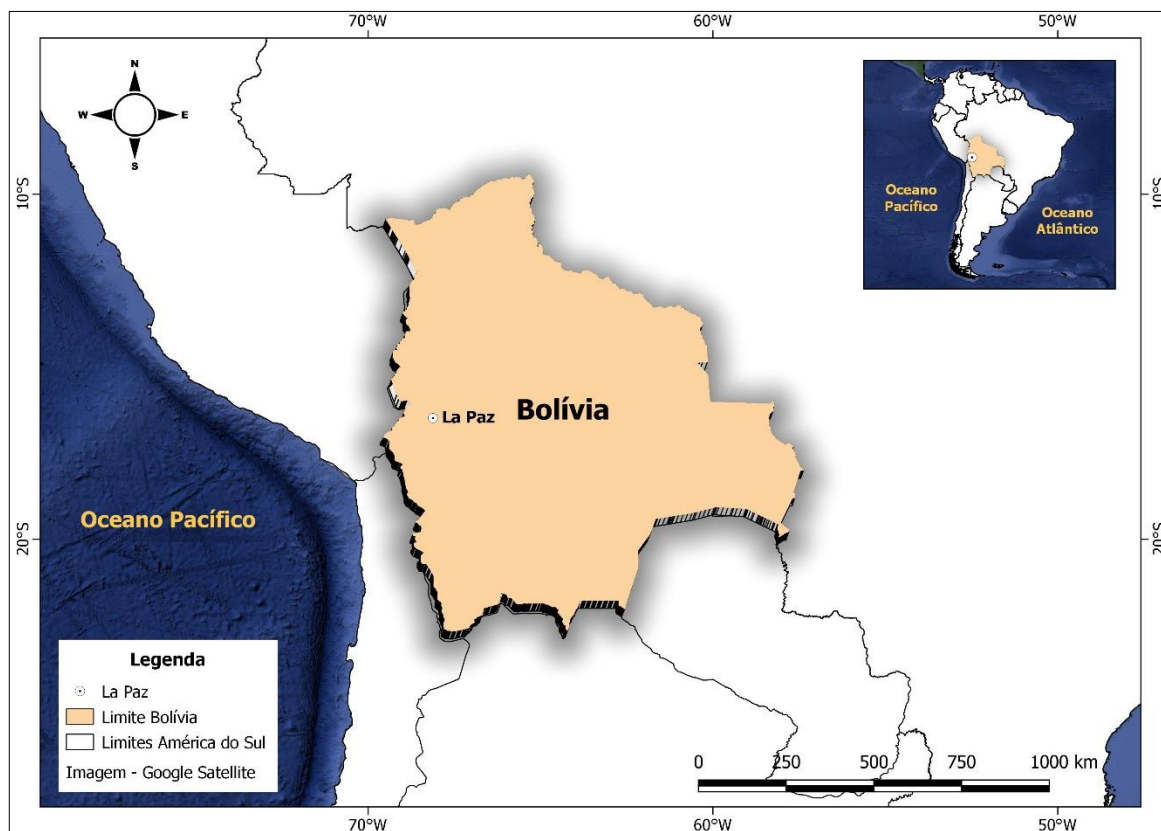


Figura 1 - Mapa de localização da Bolívia. Elaborado por: LUCIO, 2020.

O governo de Morales, classificado por Fuser (2018) como um governo “progressista” que enfrentou o remanescente capitalismo neoliberal ainda residente no país, buscou retomar o papel do estatal na economia, valorando as políticas sociais e o fomento ao mercado interno. Porém, mesmo sendo considerado um representante ideal pela maioria do povo (indígenas e camponeses), o simples fato de estar no poder não significaria ter o equilíbrio político e social necessário para implementação das reformas propostas pelo “Estado do bem-estar social” (FUSER, 2018).

O objetivo do presente artigo é elucidar uma análise sob a conjuntura política da Bolívia, remontando aos diversos períodos históricos, bem como as sucessivas mudanças econômicas, sociais e políticas ocasionadas tanto pela frente capitalista neoliberal (1985-2005), como da nova frente resistência liderada pelo governo progressista de Evo Morales (2006-2019). Para que tal objetivo fosse alcançado, realizou-se pesquisas bibliográficas em: livros, revistas, teses, jornais e instituições governamentais, a respeito da temática em questão.

2. Materiais e Métodos

A revisão das diretrizes administrativas do Estado Plurinacional da Bolívia para a realização deste estudo partiu da pesquisa por documentos nacionais e internacionais que remontam o cenário de crises do país. Além dos relatórios institucionais dos governos do Brasil (Ministério das Relações exteriores) e Estados Unidos (Central Intelligence Agency), buscou-se também por estudos semelhantes, dentre as quais, as teses de Rafaela Nunes Pannain (2018) e Leonel Júnior Gladstone (2014) embasaram a discussão conceitual de crise estrutural.

3. Os programas estruturais e a política neoliberal voltada à Bolívia

A partir da década de 1970 com crise econômica instaurada, os países latino-americanos não viam outra alternativa a não ser em seguir os pressupostos de ajustes e desajustes das economias centrais em especial dos Estados Unidos. De tal modo, com o endividamento externo os países em dívida ao longo da década de 1990 se adequaram aos programas de Ajustes Estruturais patrocinados primordialmente pelo FMI e Banco Mundial (SANTOS, 2007).

Para se efetivarem, os programas de ajuste compreendiam duas fases: a primeira voltada para estabilização macroeconômica e a segunda com as reformas estruturais. Desse modo, o FMI fica responsável por organizar as dívidas externas os países em débito, envolvendo as questões de ordem monetária, inflacionais, déficits e empréstimos ao exterior. Do outro lado, tem-se o Banco Mundial com a responsabilidade: “[...] de implementação das reformas estruturais nas diversas esferas de influência dos Estados nacionais, tais como: saúde, educação, indústria, agricultura, transportes, meio ambiente, etc. [...]” (SANTOS, 2007, p. 102).

Nisto, no caso boliviano em 1985, com o decorrer da crise econômica, o então presidente Victor Paz Estenssoro (MNR), sob influência do economista Jeffrey Sachs, inicia a implementação da ofensiva neoliberal a qual foi excetuada pelo seu ministro Gonzalo Sanchez de Lozada, sendo expressiva no aumento da miserabilidade da população, principalmente indígena que somava um total 85% dos cidadãos do país (SANTOS, 2007; FREIRE, 2008).

As concordantes as novas ofensivas neoliberais influenciadas pelo Consenso de Washington, se tornam mais claras a partir da implementação da Lei de Capitalização preconizada por Lozada. Sua principal funcionalidade era transferir o controle das empresas estatais a iniciativa privada, evidenciando um novo processo de “terceirização” dos

instrumentos estatais principalmente da exploração de recursos naturais como o gás natural e petróleo (FREIRE, 2008).

Além do exposto, com o Decreto 21.060, proferido ainda em 1985, novamente em consonância com as políticas neoliberais, preconizava reduções nos gastos de ordem pública o que: “evidenciaria custos sociais altíssimos, principalmente para os setores assalariados, gerando desemprego e achatamento salarial” (IAMAMOTO, 2010, p. 74).

Nesse sentido, é importante destacar ainda que:

Os trabalhadores/as desempregados passam a compor os grandes bolsões de trabalho informal das grandes cidades ou retornam ao campo. No entanto, levam consigo a forma organizativa e disciplina política sindical, as quais servem em momento posterior para fomentar as lutas no período de crise neoliberal (JÚNIOR, 2014, p. 72).

Porém, vale mencionar que tal política liberal implementada no governo de Estenssoro (MNR), não ficou restrita somente ao seu mandato, sendo estendida durante toda a década de 1990, com os processos privativos e as reformas com objetivo de flexibilizar os direitos sociais (IAMAMOTO, 2010).

Logo, após investidas populares como a Guerra da Água (2000), agitada pela intenção em privatizar o sistema de abastecimento e, conseqüente, acesso a um bem natural tão importante como água e a Guerra do Gás (2003) desencadeada pelo interesse dos Estados Unidos em escoar gás boliviano por meio dos portos chilenos, põem em xeque a política neoliberal, que dá indícios de desgaste, pois vai de encontro com a problemática social que ao longo dos anos se agravava sem propor soluções efetivas para tal (IAMAMOTO, 2010; JÚNIOR, 2014).



Figura 2.A – Movimento contra a privatização. Disponível em: <<http://controversia.com.br/agua-o-mundo-todo-esta-desprivatizando%EF%BB%BF/>>. Acesso em: 18 nov. 2019. **Figura 2.B** – Movimento contra a distribuição do gás boliviano. Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article129591.html>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Desse modo, a partir dos anos 2000, tem-se início uma mudança significativa nas bases das representações políticas, fomentadas principalmente pelos movimentos dos indígenas e camponeses. O fato mais acentuado de tal cambio político é as eleições de dezembro de 2005, onde o pleito elegeu com mais de 50% de votos a chapa composta por Evo Morales e seu vice Álvaro García Linera (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

Verifica-se então, a ascensão de um movimento que irá contrapor o ideário neoliberal com maior representatividade. O governo de Evo (2006-2019), mesmo propondo um desenvolvimento pautado no sistema capitalista, procurou favorecer a democratização econômica, política e cultural com elementos do socialismo, conduzido por uma nova força político-social centrada principalmente nos movimentos indígenas e camponeses, que formaram a principal força de resistência contra as privatizações outorgada nos governos anteriores (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

3.1. Novas perspectivas e a instabilidade política frente ao governo de Evo Morales

Evo Morales foi eleito o primeiro presidente indígena da Bolívia, calcado no novo ideário progressista difundido em boa parte dos países do continente, buscou retomar a partir de 2006 a influência estatal nas questões econômicas do país, principalmente de recursos minerais como o petróleo e o gás como base ao desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a ênfase principal era:

[...] colocar em prática políticas sociais de alta intensidade, com redistribuição (limitada) da renda, valorização do trabalho e 'inversão das prioridades', favorecendo os investimentos públicos em saúde, educação, moradia e infraestrutura, em benefício das camadas populares [...] (FUSER, 2018, p. 81).

Verifica-se então avanços significativos nos projetos sociais como: saúde, educação, ampliação dos direitos trabalhistas, transporte, moradia, cidadania, renda, redução da pobreza e conseqüentemente fome, bem como avanços no setor econômico impulsionado pelas altas das commodities minerais a partir dos anos 2000 (FUSER, 2018). Segundo Ayerbe (2011) as medidas propostas pelo então presidente tinham por objetivo produzir benefícios concretos a classe mais pobre, de forma que a sustentabilidade inerente ofuscasse a vontade do povo de retomar aos hábitos conservadores, ou seja, ao capitalismo que a direita boliviana persistiria em adotar.

No mesmo tempo, a Bolívia camarinhará para uma instabilidade política, devido ao governo de Evo Morales possuir em parte característica progressista e popular, que contrapõe ao modelo de desenvolvimento social que se consolidava

Desde que Evo Morales assumiu o governo como um representante do povo indígena e camponês nas decisões políticas nacionais, isto não representaria um cenário político estável, como demonstraram as elites de direita, que repudiaram as mudanças que o novo presidente propunha indo de encontro ao neoliberalismo pautado no plano de expansão econômica estadunidense. Todavia, algumas ações de teor difamatório por parte dos mesmos influenciaram camponeses e indígenas, a marcharem como forma de apoiar a mudança proposta pelo novo governo e, diante disso, consegue-se três vitórias sobre os candidatos da direita boliviana, uma militar e duas políticas. Isto pode ser observado com clareza na principal vitória de Evo Morales que ocorreu em janeiro de 2009 com 64% dos votos (sendo o mais votado da história) e na aprovação da Constituição Política do Estado (FREIRE, 2008).

Mesmo com o fato de certa reminiscência capitalista na Bolívia, o governo de Evo Morales conseguiu se sobressair à direita influenciada pelo imperialismo estadunidense, mostrando a força político-social contida em um povo unido por um ideal de mudança, ideal esse que foi forte o suficiente para subjugar o neoliberalismo que acomodava a direita boliviana que repudiavam as mudanças propostas para a melhoria econômica e social do país. Segundo Stefanoni (2010) a nova Carta Magna proferida na Assembleia Constituinte ocasionou um aumento dos direitos políticos e sociais, individuais e coletivos, ampliando-os, fazendo com que a simpatia do povo por Morales aumentasse.

A constituição inovou institucionalmente com a municipalização do país, ou seja, eleições populares de alguns mandatos, como por exemplo os prefeitos, deputados, a autonomia financeira de municípios; isto tudo graças a Lei de Participação Popular que veio configurando a participação do povo no cenário eleitoral boliviano. Como cita Stefanoni (2010), também foi implementado o assim chamado bônus Juancito Pinto de maneira a promover um maior desenvolvimento do Plano Nacional, que visa no pagamento de trinta dólares (anuais) aos alunos de escolas primárias públicas; sendo essa uma forma de influenciar o estudo e diminuir os riscos de evasão escolar. Na saúde houve pouco progresso, e o pouco que se obtinha advinha dos médicos cubanos que atuavam na região.

3.2. Crises políticas

As crises estruturais e conjunturais persistentes no território boliviano parece seguir por dois processos de organização por vezes semelhantes, assim como aponta Rafaela Nunes

Pannain (2018), o colonialismo interno e as estruturas políticas de “curta duração”, identificadas pelo modelo neoliberal de configuração estatal junto as crises de legitimidade dos agentes políticos supramencionados.

Nota-se, que a construção do estado nacional da Bolívia não se constituiu a partir de um processo linear de expansão territorial da soberania de um núcleo pré-existente mas como coloca George Gray Molina (2008), de um processo de “negociação de limites e fronteiras da legitimidade da ação estatal frente a soberanias locais constituídas” (apud CUNHA FILHO; VIANA, 2011 p. 242). Ademais, soberanias locais foram agentes decisivos nos conflitos com a ordem vigente entre os anos 2000-2005.

Tomando como método de análise as crises políticas (sabe-se que instabilidade política no país independe da esfera econômica²) no período em que os atores indígenas e camponeses passaram a ocupar o centro do campo político-institucional, o processo de refundação desse mesmo campo político-institucional passou a prevalecer o reconhecimento do pluralismo institucional existente, de fato, com suas formas de legitimidade política de origem não liberal (PANNAIN, 2018).

Nessa perspectiva, ao estabelecer bases de auto identificação indígena como objeto de ação política, o líder do estado nacional boliviano articula o fortalecimento de organizações indígenas dentro de um cenário internacional, descrito como, a participação de organizações não governamentais internacionais e a elaboração de acordos e tratados internacionais que reconhecem direitos aos povos indígenas, trata-se, portanto, de uma conjuntura política determinada, com o fortalecimento de correntes intelectuais em um contexto regional favorável (PANNAIN, 2014).

Ainda contextualizando os estudos de Rafaela Nunes Pannain (2018) a fluidez das estruturas sociais que dão autonomia para os setores político-institucionais bolivianos sofrem ruptura, e, nesse sentido, Michel Dobry (1992) discorre que, quando a foco das discussões estão nas causas e nas consequências dessas crises, negligencia-se o que é fundamental: a dinâmica das lutas entre os atores, a exemplo do que ocorreu em 10 de novembro de 2019, quando Evo Morales renuncia a chefia de estado alegando golpe cívico, político e policial (apud PANNAIN, 2018).

² Uma projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgada em outubro de 2019, sinaliza um avanço de 4% do produto interno bruto da Bolívia, fato recorrente na última década durante o governo de Evo Morales, em muitas ocasiões, evidenciando crescimento econômico, avesso ao restante dos países da América Latina (BBC News Brasil, 2019).

Considerações Finais

Compreendeu-se que a instabilidade político-institucional que se mantém no Estado Plurinacional da Bolívia parte de uma constante ressignificação contemporânea das noções de democracia e etnicidade, assim como assinala Daniel Chaves (2014), a chegada do século XXI na Bolívia foi antecipada por grandes mudanças mundiais que incidiram sobre a realidade nacional, alterando decisivamente o seu permeável futuro imediato. Uma das preocupações que repousaram neste artigo foi esclarecer os anacronismos históricos que permeiam a Bolívia somado com a crise de representação, não destoante dos sistemas políticos na América do Sul.

Pode-se observar ainda que o povo boliviano em sua maioria se sentiu finalmente representado pela figura de um presidente digno do povo, a maior prova disto foi Morales conseguir um grande apoio a fim de manter sucessivos mandatos, alcançando uma identidade cívica, algo de suma importância para a ocorrência dessa mudança.

Em tal aspecto, os sujeitos que fazem parte da sociedade civil boliviana não são pautados em uma relação direta com o estado, enfaticamente, auto constituem seus projetos de poder, e, nas palavras de Luiz Felipe Miguel (2003 p. 123) “na medida em que os grupos subalternos obtêm êxito na busca ou inclusão política ou, ao menos, demonstram uma consciência mais aguda do problema, as tensões presentes no campo político se ampliam”. A exemplo do que ocorreu em 2019 com a renúncia de Evo Morales, posta a legitimidade da instituição militar em questionamento, é possível afirmar, a partir do exemplo boliviano, que sequer o modelo democrático chegou a um estágio concreto, vista a inépcia dos governantes com o uso dos mandatos de confiança (CHAVES, 2014).

Referências

AYERBE, Luis Fernando. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, p. 179-216, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a07n83.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores: **Estado Plurinacional da Bolívia**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4870-estado-plurinacional-da-bolivia>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CHAVES, D. A crise de fim de século na Bolívia: a ascensão contemporânea da plurinacionalidade no contexto andino-amazônico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 174-202, set.-dez, 2014.

CUNHA FILHO, C. M.; VIANA, J. P. S. L. A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional. In: VIANA, J. P. S. L.; VASCONCELLOS, P. M. C. de; MIGUEL, V. V. R. (Orgs.). **Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas**. Porto Velho: Edufro, 2011, p. 224-252.

FREIRE, E. M. **Bolívia: crise de coesão territorial no coração da América do Sul**. 2008. 111f. Tese em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FUSER, I. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 78-89, nov. 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S307.

IAMAMOTO, S. A. S. **Revoltas do início do século XXI na Bolívia**. In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, set. 2010. p. 72-83.

KLACHKO, P; ARKONADA, K. Bolívia como expressão da potência emancipadora dos movimentos sociais e dos povos indígenas. In: _____. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2017, 320p.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um instrumento de hegemonia de um projeto popular na América Latina**. 2014. 345f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MIGUEL, L. F. Representação Política em 3-D - Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Rev. Bras. de Ci. Soc**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003.

MOVIMENTO contra a privatização. Disponível em: <<http://controversia.com.br/agua-o-mundo-todo-esta-desprivatizando%EF%BB%BF/>>. Acesso em: 18 nov. 2019. **Figura 3.B** – Movimento contra a distribuição do gás boliviano. Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article129591.html>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PANNAIN, R. N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. **Lua Nova**, São Paulo, n. 105, p. 287-313, Set. 2018.

PANNAIN, R. N. **A crise do estado boliviano e a autonomia indígena**. 2014. 300f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STEFANONI, Pablo (2010). Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. **Lutas Sociais**, n. 24, São Paulo. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/10-Pablo%20Stefanoni.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

O QUE está por trás do sucesso econômico da Bolívia na era de Evo Morales?. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50088340>> Acesso em: 16 de Nov. de 2019.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency: **the world factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bl.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.